



PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL D

Indústrias de Transformação Diversas



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Documento:	Caderno Setorial D: Indústrias de Transformação Diversas, Química, Petroquímica e Farmacêutica
Versão:	1.0
Lançamento:	04/2022
Autora:	FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota – Fortaleza/CE - CEP 60.120-024 (85) 3421.4201 esg.adm@sfiec.org.br

A elaboração deste material contou com a consultoria e a assessoria da www.ecovalor.eco.br



© 2021 Todos os direitos reservados

Documento sujeito a revisão.
Consulte o website do Programa ESG-FIEC para identificar e ter acesso à versão em vigor.

Sumário

ORIENTAÇÕES	4
TÓPICOS E INDICADORES	5
ENVIRONMENTAL (Ambiental)	6
DE 01: Eficiência energética do produto	6
DE 02: Emissões de Gases de Efeito Estufa pelo produto	8
DE 03: Impacto ambiental das embalagens	10
DE 04: Logística reversa do produto pós-consumo	12
DE 05: Logística reversa de embalagens pós-consumo	14
DE 06: Rastreamento das matérias-primas	16
DE 07: Operações de transporte e manejo de recursos e produtos especialmente protegidos	18
SOCIAL	20
DS 01: Histórico e práticas relacionadas à segurança durante o uso	20
DS 02: Atendimento e satisfação do consumidor	22
GOVERNANCE (Governança)	24
DG 01: Marcas e Patentes	24

ORIENTAÇÕES

[a] Este Caderno reúne um grupo de indicadores aplicáveis especificamente aos setores de indústrias de transformação diversas. A tabela a seguir apresenta exemplos de produtos cujos fabricantes são elegíveis para certificação por meio deste Caderno:

SETORES ELEGÍVEIS PARA O CADERNO D - EXEMPLOS			
Eletrometalmecânico	Farmacêutico	Automobilístico	Cosmético
Plástico	Embalagens	Químicos	Outros*

* Indústrias de Transformação não elegíveis em nenhum dos demais Cadernos Setoriais.

[b] Não é objeto do Programa ESG-FIEC a certificação de um produto em específico, mas sim os processos de uma indústria, sejam eles gerenciais, produtivos ou outros. As atividades da indústria devem estar alinhadas com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, nos seus mais variados níveis hierárquicos e departamentais; e

[c] Não são elegíveis para participação no Programa ESG-FIEC as indústrias que não possuam ao menos 12 (doze) meses contínuos de operação, bem como aquelas que realizam apenas atividades de comércio, como importação, revenda ou representação comercial, sem natureza industrial.

TÓPICOS E INDICADORES

Environmental (Ambiental)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Impactos do produto em fase de uso	DE 01	Eficiência energética do produto
	DE 02	Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo produto
Impactos do produto após o seu uso	DE 03	Impacto ambiental das embalagens
	DE 04	Logística reversa do produto pós-consumo
	DE 05	Logística reversa da embalagem pós-consumo
Matérias-primas e insumos	DE 06	Rastreamento das matérias-primas
	DE 07	Operações de transporte e manejo de recursos e produtos especialmente protegidos

Social		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Segurança do consumidor	DS 01	Histórico e práticas relacionadas à segurança durante o uso
Atendimento ao consumidor	DS 02	Suporte ao consumidor para dúvidas e reclamações

Governance (Governança)		
Tópico	Código	Indicador
Propriedade Intelectual	DG 01	Marcas e patentes



ENVIRONMENTAL (Ambiental)

DE 01: Eficiência energética do produto

Tópico: Impactos ambientais do produto em fase de uso

ODS relacionado



	Não conforme A indústria não possui nenhuma prática de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua da eficiência energética de seus produtos, durante o uso pelo consumidor.
0	
	Iniciante A indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua da eficiência energética de ao menos um de seus produtos, durante o uso pelo consumidor.
4	
	Sensibilizada A indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua da eficiência energética de mais de 50% de seu portfólio de produtos, durante o uso pelo consumidor. Além disso, inclui instruções de uso que contribuem para a redução do consumo.
6	

	Consciente Além de atender ao nível anterior, ao menos 50% do portfólio de produtos da indústria está devidamente etiquetado e rotulado por Programas como PROCEL, CONPET, Energy Star e outros de renome nacional e/ou internacional, e alcançando, em média, os níveis A ou B de classificação geral.
8	
	Engajada Além de atender ao nível anterior, a indústria possui metas claramente definidas e comunicadas ao mercado sobre a eficiência energética de seus produtos, durante o uso pelo consumidor.
10	

Descrição

Muitos dos produtos fabricados pela indústria de transformação consomem energia durante o uso pelo consumidor. Automóveis, máquinas, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, dentre diversos outros são exemplos de produtos que necessitam de energia para seu funcionamento. Esta energia pode ser elétrica, mecânica, térmica, entre outras, e o produto pode ser capaz de armazená-la ou não. Esta energia pode ser obtida, por exemplo, por meio da conexão às redes de distribuição, gerada em motores a combustão, elétricos ou híbridos, da queima de lenha ou mesmo o uso de pilhas.

O objetivo deste indicador é avaliar os esforços da indústria em relação à eficiência energética dos produtos que fabrica, durante o uso pelo consumidor, seja ele industrial ou pessoa física. É imperativo que a indústria planeje e execute ações de melhoria contínua, focadas na redução do consumo de energia elétrica, de combustíveis e demais recursos por seus produtos. É natural que haja diferenças de eficiência entre as diversas linhas de produtos de uma indústria, mas – de uma forma geral – as práticas da organização indicam o nível de maturidade dela em relação ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor relatórios, laudos e demais documentos que evidenciem as práticas da indústria relacionadas à eficiência energética. Deverão ser elaboradas planilhas e/ou extraídas memórias de cálculo de sistemas indicando os percentuais de produtos do portfólio que se encontram devidamente rotulados e etiquetados, bem como as médias dos níveis de classificação. Relatórios de sustentabilidade e outros meios de divulgação de metas também são evidências válidas, caso aplicável.



DE 02: Emissões de Gases de Efeito Estufa pelo produto

Tópico: Impactos ambientais do produto em fase de uso

Não conforme

A indústria não possui nenhuma prática de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua para redução das emissões GEE de seus produtos, durante o uso pelo consumidor.

0

Iniciante

A indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua da redução de emissões GEE de ao menos um de seus produtos, durante o uso pelo consumidor.

4

Sensibilizada

A indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua da redução de emissões GEE de mais de 50% de seu portfólio de produtos, durante o uso pelo consumidor. Além disso, inclui instruções de uso que contribuam para a redução das emissões GEE.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, ao menos 50% do portfólio de produtos da indústria está etiquetado e rotulado por Programas como o CONPET, alcançando, em média, os níveis A ou B de classificação geral. Caso não aplicável o CONPET e similares, pode-se calcular e informar ao consumidor a emissão média de CO2e.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui metas claramente definidas e comunicadas ao mercado sobre a redução de emissões GEE, durante o uso pelo consumidor.

10

Descrição

Muitos dos produtos fabricados pela indústria de transformação emitem gases de efeito estufa (GEE) durante o uso pelo consumidor. Automóveis, máquinas e equipamentos industriais, condicionadores de ar, dentre outros são exemplos de produtos que podem emitir GEE.

O objetivo deste indicador é avaliar os esforços da indústria em relação à redução das emissões GEE dos produtos que fabrica, durante o uso pelo consumidor, seja ele industrial ou pessoa física. É imperativo que a indústria planeje e execute ações de melhoria contínua, focadas na redução de emissões GEE por seus produtos. É natural que haja diferenças de emissões GEE entre as diversas linhas de produtos de uma indústria, mas – de uma forma geral – as práticas da organização indicam o nível de maturidade dela em relação ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor relatórios, laudos e demais documentos que evidenciem as práticas da indústria relacionadas à redução de emissões GEE. Deverão ser elaboradas planilhas e/ou extraídas memórias de cálculo de sistemas indicando os percentuais de produtos do portfólio que se encontram devidamente rotulados e etiquetados, bem como as médias dos níveis de classificação. Relatórios de sustentabilidade e outros meios de divulgação de metas também são evidências válidas, caso aplicável.



DE 03: Impacto ambiental das embalagens

Tópico: Impactos ambientais do produto após o seu uso

Não conforme

A indústria não utiliza embalagens certificadas (FSC, CERFLOR, EuCertPlast ou similar). Caso não aplicável (materiais sem programa de certificação disponível), a indústria não possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua, em termos de design, rastreabilidade das matérias-primas e reciclabilidade.

0

Sensibilizada

A indústria utiliza, em parte de seus produtos, embalagens certificadas (FSC, CERFLOR, EuCertPlast ou similar). Caso não aplicável (materiais sem programa de certificação disponível), a indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua, em termos de design, rastreabilidade das matérias-primas e reciclabilidade de parte de suas linhas de produto.

6

Consciente

A indústria utiliza, em 100% de seus produtos, embalagens certificadas (FSC, CERFLOR, EuCertPlast ou similar). Caso não aplicável (materiais sem programa de certificação disponível), a indústria possui práticas de planejamento e execução, com foco na melhoria contínua, em termos de design, rastreabilidade das matérias-primas e reciclabilidade de todas suas linhas de produto.

8

Engajada

Além do atendimento ao nível anterior, a indústria possui projetos e iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco na redução do impacto ambiental das embalagens. Estas ações podem ser internas ou externas (parcerias com fornecedores, startups, universidades etc.).

10

Descrição

As embalagens têm potencial para causar impactos significativos no meio ambiente, seja em função da origem das matérias-primas e insumos utilizados na sua fabricação, seja pelo descarte inadequado delas e de sua habitual durabilidade, muitas vezes levando séculos para se degradar. Embalagens de papel e papelão, por exemplo, por ter origem na celulose extraída das árvores, caso não rastreada sua origem, pode estar contribuindo para o desmatamento ilegal. Além disso, quanto às embalagens de plásticos, vidro e alumínio, uma gigantesca e incontável quantidade delas alcançam os rios e oceanos, poluindo e causando danos a estes ecossistemas.

O objetivo deste indicador é estimular que as indústrias dediquem esforços de melhoria contínua com relação às embalagens de seus produtos, em termos de eco-design e materiais utilizados (rastreabilidade, biodegradabilidade, reciclabilidade etc.). Algumas certificações contribuem com este processo, como FSC, CERFLOR, EuCertPlast e ASI – Aluminium Stewardship Initiative.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor documentos como relatórios, certificados, projetos, fichas técnicas de produtos, laudos de análises e outras evidências relacionadas às embalagens e aos projetos realizados. Selos relacionados à logística reversa, e rotulagens padrões sobre reciclagem (ISO 14.021:2017 e 13.230:2008, por exemplo) não são válidas, para fins deste indicador.



ODS relacionado

12

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

DE 04: Logística reversa do produto pós-consumo

Tópico: Impactos ambientais do produto após o seu uso

0

Não conforme

A indústria não realiza qualquer projeto ou ação, de forma individual ou coletiva (outras empresas, associações etc.), destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos do produto pós-consumo ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada

6

Sensibilizada

A indústria realiza 1 projeto ou ação, de forma individual ou coletiva (outras empresas, associações etc.), destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos do produto pós-consumo ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Caso esteja sujeito a metas de logística definidas em acordos setoriais ou outros instrumentos, está atendendo parcialmente a estas obrigações.

8

Consciente

A indústria realiza pelo menos 1 projeto ou ação, de forma individual ou coletiva (outras empresas, associações etc.), destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos do produto pós-consumo ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Caso esteja sujeito a metas de logística definidas em acordos setoriais ou outros instrumentos, está atendendo integralmente a estas obrigações.

10

Engajada

Além de atender ao nível anterior, os projetos ou ações da indústria incluem campanhas de educação ambiental dirigidas aos seus consumidores, visando ao descarte adequado dos produtos pós-consumo.

Descrição

A logística reversa é uma obrigação legal, instituída pela Lei Federal Nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como por diversas normas e instrumentos correlacionados, como Decretos e Acordos Setoriais que regulamentam esta matéria. Atualmente, esta obrigação alcança produtos como, por exemplo, eletroeletrônicos (Decreto Nº 10.240/2020) e medicamentos (Decreto Nº 10.388/2020). Mesmo produtos que ainda não possuam a logística reversa regulamentada podem realizar projetos e ações relacionados a este tema. Exemplo de ações são: campanhas de educação ambiental voltadas aos consumidores e/ou demais stakeholders, para conscientizar o papel do consumidor na logística reversa e a importância dessa prática para o meio ambiente; a instalação de PEVs – Pontos de Entrega Voluntária, nos quais os consumidores podem descartar os produtos após o uso; e parcerias com cooperativas de catadores, empresas de reciclagem, dentre outras, para viabilizar as atividades de logística reversa e de reciclagem dos materiais.

Verificação

Relatórios dos programas de logística reversa implementados pela indústria com relação aos seus produtos, contendo informações qualitativas e quantitativas destes programas, bem como eventuais termos de adesão, certificados de logística e outros.



ODS relacionado

12

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

DE 05: Logística reversa de embalagens pós-consumo

Tópico: Logística reversa e embalagens

Não conforme

A indústria não cumpre as obrigações legais de logística reversa de embalagens em geral, ainda que parcialmente.

0

Iniciante

A indústria cumpre parcialmente as obrigações legais de logística reversa de embalagens em geral, em 01 (um) ou mais Estados.

4

Sensibilizada

A indústria cumpre integralmente as obrigações legais de logística reversa de embalagens em geral, nos limites territoriais e termos do Acordo Setorial ou outro compromisso de âmbito nacional que o substitua.

6

Consciente

A indústria cumpre integralmente as obrigações legais de logística reversa de embalagens em geral – em todos os Estados da Federação.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria vai além do percentual de embalagens obrigatórias sujeitas à logística reversa, compensando 50% ou mais das embalagens inseridas em cada um dos Estados da Federação.

10

Descrição

A logística reversa de embalagens pós-consumo é uma obrigação legal, conforme o Acordo Setorial celebrado em 2015 entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e diversas entidades representativas de setores da indústria nacional, bem como pelo Decreto Federal Nº 9.177/2017, que estendeu essas obrigações aos não signatários. O acordo e a norma citados estão amparados na Lei Federal Nº 12.305/2010 (PNRS).

Verificação

Deverão ser apresentados ao auditor relatórios dos programas de logística reversa implementados pela organização, contendo informações qualitativas e quantitativas dos programas realizados, bem como termos de adesão e certificados de logística reversa.





DE 06: Rastreamento das matérias-primas

Tópico: Matérias-primas e insumos

Não conforme

A indústria não realiza nenhum tipo de rastreamento da origem dos recursos naturais que são base para a fabricação de suas matérias-primas e insumos, desconhecendo a regularidade dos processos de extração, cultivo e/ou manejo.

0

Iniciante

A indústria adota práticas mínimas de rastreio, com foco na legalidade da origem. São utilizadas ferramentas como aplicação de questionários autodeclaratórios dirigidos aos fornecedores e busca (pesquisa) de evidências de conformidade.

4

Sensibilizada

A indústria vai além da legalidade e estimula e/ou dá preferência publicamente a fornecedores com ao menos 01 das seguintes boas práticas: produção orgânica, não resultante da ocupação de áreas de desmatamento ilegal, produtos livres de metais pesados e/ou manejo humanizado.

6

Consciente

A indústria não só estimula e/ou dá preferência às boas práticas descritas no nível “sensibilizada”, como também define ao menos 01 delas como critérios de seleção de fornecedores inegociável.

8

Engajada

Além da conformidade com o nível anterior, a indústria dispõe de tecnologia digital de rastreio que permite ao cliente (B2B ou B2C) visualizar dados básicos acerca da procedência e origem da matéria-prima e/ou insumo.

10

Descrição

O rastreamento de matérias-primas e insumos é uma boa prática de sustentabilidade extremamente valorizada no mercado interno e, fundamentalmente, no mercado externo. A reputação do Brasil em relação às práticas ambientais de preservação de florestas, dentre outras práticas agropecuárias, por vezes é maculada no cenário internacional, sendo colocada sob suspeita, por exemplo, em casos como o desmatamento de florestas nativas para criação de gado e/ou culturas agrícolas diversas. Ao garantir o rastreamento e a regularidade de suas matérias-primas e insumos, as indústrias afastam este tipo de dúvida, gerando diferencial competitivo.


Em adição, é cada vez maior o número de pessoas que valorizam produtos que causem menor risco e/ou impacto à saúde humana e ao meio ambiente. Produtos livres de substâncias químicas perigosas, bem como os feitos a partir de materiais reciclados são alguns dos exemplos.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor questionários respondidos pelos fornecedores, evidências de análise de documentos de conformidade legal e, se for o caso, demonstração e/ou apresentação de documentos relacionados à tecnologia de rastreio e sua aplicação.

DE 07: Operações de transporte e manejo de recursos e produtos especialmente protegidos


Tópico: Matérias-primas e insumos



Não conforme

A indústria está irregular em relação a uma ou mais das seguintes legislações e exigências regulamentares: transporte de produtos perigosos; certificados da Polícia Federal e Ministério da Defesa (Exército); Documento de Origem Florestal (DOF); e Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) da ANVISA.

0



Conforme

A indústria está regular em relação às seguintes legislações e exigências regulamentares: transporte de produtos perigosos; certificados da Polícia Federal e Ministério da Defesa (Exército); Documento de Origem Florestal (DOF); e Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) da ANVISA.

0

OBRIGATÓRIO

Descrição

As indústrias com frequência necessitam transportar e manipular recursos e produtos especialmente protegidos. No caso do transporte de produtos perigosos, deve ser cumprida a Resolução ANTT nº 5.947/2021, a qual consolida o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Há produtos que merecem fiscalização especial da Polícia Federal e/ou do Exército, em função da possibilidade de uso para fins indevidos como fabricação de drogas ilícitas e explosivos. No que tange à madeira nativa, seja do bioma Amazônico, Mata Atlântica ou outro, as operações de transporte e armazenamento devem ser registrados no Sistema DOF – Documento de Origem Florestal, do IBAMA. Além disso, para exercer atividades com medicamentos ou insumos farmacêuticos, como fabricação, distribuição, armazenamento, transporte, importação ou exportação, pode ser necessária a obtenção de AFE – Autorização de Funcionamento de Empresa pela ANVISA.

Verificação

Deverão estar à disposição do Auditor certificados e autorizações, relatórios, planilhas e outros documentos que evidenciem a regularidade da indústria em relação às legislações aplicáveis ao seu negócio.

SOCIAL

DS 01: Histórico e práticas relacionadas à segurança durante o uso
Tópico: Segurança do consumidor



Não conforme

A indústria tem histórico de condenação, nos últimos dois anos, com trânsito em julgado administrativo ou judicial, decorrente da não realização ou realização indevida de ensaios e testes para garantir a segurança do consumidor em relação aos produtos que coloca no mercado.

0



Sensibilizada

Além de não possuir histórico de condenação de que trata o nível anterior, a indústria realiza todos os ensaios e testes exigidos pela legislação para garantir a segurança do consumidor em relação aos produtos que coloca no mercado.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui políticas e/ou procedimentos documentados para agir e solucionar problemas e riscos detectados após o lançamento dos produtos no mercado. Estes procedimentos incluem mecanismos como recall ou devolução, pelo consumidor, do produto.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria é destaque em Programas que reconhecem o nível de segurança de produtos, como, por exemplo, o alcance da pontuação máxima no Latin NCAP para veículos. Ou, caso aplicável, possui selos ou certificações relacionadas à ausência de substâncias tóxicas e nocivas à saúde humana e/ou ao meio ambiente, como por exemplo, painéis livres de ácido perfluorooctanoico (PFOA).

10

Descrição

Determinados produtos oferecem riscos significativos à saúde humana e/ou ao meio ambiente, a ponto de – antes de ser produzidos em escala industrial e lançados no mercado – serem submetidos a diversos testes e ensaios. Em alguns casos, mesmo depois de já estar sendo comercializado, são descobertos problemas ou riscos não identificados durante os testes, o que exige que a indústria esteja preparada para agir rapidamente e apresentar soluções, como o recall, por exemplo.

Verificação

A indústria deve apresentar um relatório atualizado contendo os processos administrativos e judiciais, ativos ou findos nos 02 (dois) últimos anos, a contar da elaboração deste relatório.

DS 02: Atendimento e satisfação do consumidor

Tópico: Relacionamento com o consumidor

 0	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não possui canais de atendimento ao consumidor ou, caso possua, há evidências de que é falho o retorno aos consumidores. Ainda que possua canais de atendimento, caso a avaliação da indústria em rankings de satisfação de clientes, como o Reclame Aqui, seja insatisfatório (abaixo do nível regular), também será considerada não conforme.</p>
 8	<div>Consciente</div> <p>A indústria possui canais de atendimento ao consumidor e, além disso, a avaliação da indústria em rankings de satisfação de clientes, como o Reclame Aqui, é satisfatória (nível regular ou superior).</p>
 10	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria recebeu premiações de destaque em atendimento ou satisfação do consumidor, como, por exemplo, o Prêmio Reclame Aqui, ou outros similares.</p>

Descrição

A indústria deve prover canais de comunicação e informação ao cliente, de fácil acesso, com intuito de passar informações e sanar dúvidas referentes aos produtos e serviços, bem como para receber sugestões, reclamações ou opiniões sobre os produtos e serviços. São considerados canais de atendimento: Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), central de sugestões e reclamações, fale conosco, telefones, e-mails, site, atendimento na indústria, dentre outros.

Verificação

A indústria deve apresentar relatórios e documentos que demonstrem seus canais de comunicação, os resultados analíticos de indicadores relacionados à área e eventuais certificados e avaliações sobre atendimento e satisfação.



GOVERNANCE (Governança)

DG 01: Marcas e Patentes

Tópico: Propriedade Intelectual

	Não conforme <p>A indústria não possui políticas nem procedimentos relacionados à gestão da propriedade intelectual. E, ainda que possua políticas e procedimentos, a indústria estará não conforme caso haja histórico de condenação, nos últimos dois anos, com trânsito em julgado administrativo ou judicial, decorrente de violação de normas de propriedade intelectual.</p>
0	
	Conforme <p>A indústria possui políticas e procedimentos para a gestão da propriedade intelectual. Seus principais produtos e marcas estão devidamente protegidos. Não há histórico de condenação, nos últimos dois anos, com trânsito em julgado administrativo ou judicial, decorrente de violação de normas de propriedade intelectual.</p>
8	
	Engajada <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria voluntariamente abre mão de patente, visando disseminar produtos e tecnologias de exponencial impacto social e/ou ambiental. Caso não aplicável, a indústria realiza doações de produtos ou executa projetos de acesso facilitado a populações de baixa renda, governos ou grupos minoritários.</p>
10	

Descrição

A propriedade intelectual é de tema de extrema relevância para as indústrias. É necessário tanto proteger produtos, tecnologias e marcas, quanto respeitar os direitos de propriedade de concorrentes e terceiros. Políticas e procedimentos relacionados à gestão da propriedade intelectual são boas práticas de governança cruciais para evitar riscos às operações. Além disso, em determinados casos, produtos e tecnologias de propriedade da indústria tem potencial para causar grande impacto ambiental positivo na sociedade. São exemplos alguns medicamentos e sistemas de segurança. Nestes casos, devem ser premiadas as iniciativas da indústria de flexibilizar os registros e patentes, para disseminar os benefícios sociais e/ou ambientais.

Verificação

A indústria deve apresentar suas políticas e procedimentos relacionadas à propriedade intelectual, bem como relatórios, planilhas e outros documentos que comprovem as práticas da indústria e o seu histórico.



Programa ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL D

Indústrias de Transformação Diversas

